



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
1º GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

074

MANDADO DE SEGURANÇA nº 52745-7

Impetrantes: **AMARILDE MARQUES FIGUEIREDO e outros**

Impetrado: **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Relator Substituto: **Des. Eduardo Sertório**

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. TETO REMUNERATÓRIO. INCISO XI DO ART. 37 DA CF. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 19/1998. INSTITUIÇÃO DE LIMITE REMUNERATÓRIO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº. 23/1999. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF. EXCLUSÃO DAS VANTAGENS DE CARTÁTER PESSOAL. PRECEDENTES DO STF. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. É possível estabelecer subteto estadual por lei específica em valor inferior ao teto estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição. O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o Estado pode instituir teto remuneratório inferior ao estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal. Precedentes do STF.

2. O subteto estabelecido na Lei Complementar nº. 23/99 não pode incidir sobre as vantagens pessoais em respeito ao princípio do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

3. Pelo princípio da autonomia, o Estado pode fixar um subteto inferior àquele previsto no inciso XI do art. 37 da CF, porém não pode aplicá-lo sobre as vantagens pessoais em respeito aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

4. A Lei Complementar nº. 23/1999, ao incluir no subteto de 7.000,00 (sete mil reais) as vantagens de caráter pessoal, afrontou os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

5. Segurança concedida à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esta ação de mandado de segurança nº 52745-7-, em que figura como impetrante, **AMARILDE MARQUES FIGUEIREDO e outros**, e, como impetrado, **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, acordam os Desembargadores Integrantes do 1º Grupo de Câmaras Cíveis em conceder a segurança, nos termos do relatório, do voto do relator e das notas taquigráficas.

Recife, 13/01/10

fe *Eduardo Sertório*

Eduardo Sertório
Desembargador Relator

5522



0225
075.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
1ª GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA nº 52745-7

Impetrantes: **AMARILDE MARQUES FIGUEIREDO e outros**

Impetrado: **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Relator Substituto: **Des. Eduardo Sertório**

RELATÓRIO

Cuido de mandado de segurança impetrado por **Amarilde Marques Figueiredo, Anatil de Albuquerque Pacífico, Ariane Carneiro da Cunha de Araújo, Conrado Veras Vieira, Gerson Antônio de Carvalho, Glória Maria Neves Lima, Maria das Graças Corrêa Nicodemos, Maria do Carmo Guedes Ferreira, Maria Felícia Moneta Meira Duarte, Maria Lúcia Lima de Vasconcelos, Maria da Conceição Durães, Maria Dulce Pedrosa Patu, Maria Izabel Melo Gibson, Mirta Carneiro Ferreira, Nize de Souza Pinto, Salvina Marinho Claudino, Severino Gomes dos Passos, Turmalina da Rocha Teles, Vital Carlos de Melo Freire**, servidores públicos estaduais aposentados devidamente qualificados nos autos, contra ato do **Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e do Governador do Estado de Pernambuco**.

Os impetrantes requereram declaração incidental de inconstitucionalidade da Lei Complementar Estadual nº. 23, de 21/5/99, publicada no DJ de 22/5/99 para evitar a incidência do redutor constitucional sobre suas vantagens pessoais.

O art. 1º da Lei Complementar Estadual nº. 23/99 estabeleceu o limite máximo remuneratório de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), incluindo-se no limite as vantagens de natureza pessoal, e autorizou a redução da remuneração para adequá-los ao teto.

O teto se aplica aos servidores civis e militares ativos, inativos e pensionistas vinculados à Administração direta, autárquica e fundacional do Estado, bem como as suas empresas públicas, sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas pelo Poder Público Estadual.

Segundo os impetrantes, a inclusão de vantagens de caráter pessoal no redutor previsto na Lei Complementar nº 23/1999, viola os preceitos constitucionais como o direito adquirido, previsto no inciso XXXVI do art. 5º da CF.

Os impetrantes alegaram em síntese:

- a) a inclusão de vantagens de caráter pessoal nas hipóteses legais em que se permite a utilização do redutor constitucional previsto pelo art. 37, inciso XI (fl. 10);
- b) a retroatividade da lei nova para regular situações já constituídas viola os princípios da irretroatividade das leis e do direito adquirido (fl. 20);
- c) A eficácia do redutor constitucional (CF, art. 37, XI) está condicionada a edição de prévia lei federal, que ainda não existe. Sobre a questão, o STF proferiu a decisão administrativa em 24/6/98 que, dispondo sobre o assunto, deliberou, "até que se edite lei definidora do subsídio mensal a ser pago a ministro do STF, prevalecerão os tetos estabelecidos para os três Poderes da República no art. 37, XI, da Constituição Federal, na redação anterior à que lhe foi dada pela EC 19/98" (fls. 32/33).

Requereram a concessão de liminar para impedir a autoridade coatora de aplicar o redutor nas vantagens de caráter pessoal deles, impetrantes.

Ao final, pugnaram pela concessão da segurança para que a autoridade coatora se abstenha de incluir as vantagens de caráter pessoal no redutor previsto na Lei Complementar Estadual nº. 23/99.

O relator deixou para se manifestar sobre o pedido liminar após as informações da autoridade apontada como coatora (fl. 119).

076

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, apontado como autoridade coatora, prestou informações às fls. 128/129, alegando, em síntese, ter se limitado a cumprir o disposto no art. 1º, *caput* e § 2º da Lei Complementar nº. 23/99.

O Governador do Estado de Pernambuco apresentou informações às fls. 131/147 e alegou:

- a) preliminarmente, ilegitimidade passiva do Governador do Estado;
- b) ausência de prova pré-constituída;
- c) a questão discutida exige "investigação mais ampla";
- d) descabimento de mandado de segurança contra lei em tese;
- e) descabimento de medida liminar em matéria referente a vencimentos de servidores públicos;
- e) no mérito, a constitucionalidade da Lei Complementar nº. 23/99.

O relator concedeu a liminar para suspender a aplicação do redutor nos proventos dos impetrantes até o julgamento final do mandado de segurança (fls. 149/151).

O Ministério Público ofereceu parecer pela rejeição das preliminares e, no mérito, pela concessão da segurança (fls. 155/161).

À fl. 163, consta ofício do presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando o deferimento do pedido de Suspensão de Segurança nº. 1527 para sustar a execução da liminar concedida no presente mandado de segurança.

Às fls. 183/184, o relator reconheceu a ausência de legitimidade passiva do Governador para figurar como autoridade coatora, suspendeu a liminar e determinou a redistribuição do mandado de segurança para o Grupo de Câmaras Cíveis, prosseguindo-se o julgamento em relação ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Reqte, 21/12/05



Eduardo Sertório
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
1ª GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS

077

230
97

MANDADO DE SEGURANÇA nº 52745-7

Impetrantes: **AMARILDE MARQUES FIGUEIREDO e outros**

Impetrado: **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Relator Substituto: **Des. Eduardo Sertório**

VOTO

MÉRITO

No mérito, o mandado de segurança deve ser acolhido. A questão de fundo já foi examinada reiterada vezes por este Tribunal e encontra-se pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A Lei Complementar nº. 23/99 criou um limite máximo de remuneração no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para os servidores civis e militares do Estado de Pernambuco, alcançando inclusive as vantagens pessoais.

Os impetrantes requereram a concessão da segurança para obstar a autoridade coatora de aplicar o redutor nas vantagens de caráter pessoal deles.

A questão cinge -se em saber, primeiro, se é possível instituir teto estadual por meio de lei específica e, segundo, se é possível aplicar o redutor nas vantagens de natureza pessoal dos impetrantes, conforme previsto no § 2º do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº. 23, de 21 de maio de 1999.

a) Breve histórico

O texto original do inciso XI do art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu limites máximos de remuneração diferenciados para os três poderes e também para as esferas de governo. Havia um teto remuneratório para cada poder e cada esfera da Federação.

No âmbito estadual, os servidores dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo tinham os seus vencimentos limitados à remuneração do Secretário de Estado, dos Desembargadores e do Deputado Estadual, respectivamente.

Eis o teor do inciso XI do art. 37 da Constituição de 1988 na sua redação original:

"art. 37.

...
XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito".

078

O legislador constituinte originário fixou limites máximos que não poderiam ser excedidos, nem mesmo sob a alegação de direito adquirido, consoante expressamente determinou no art. 17, *caput*, do ADCT¹.

Desse modo, os valores percebidos além dos limites estabelecidos pelo inciso XI do art. 37 da Constituição de 1988 (redação original) foram reduzidos imediatamente, não se admitindo a invocação de direito adquirido.

O Supremo Tribunal Federal, porém, interpretando sistematicamente o inciso XI do art. 37 da CF (redação original) em conjunto com o art. 39, § 1º, da Constituição na redação original, firmou entendimento no sentido de que não se incluíam no teto "as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local do trabalho", no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 14/DF, Pleno, Ministro Célio Borja, DJU de 01-12-1989, PP-17759:

"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PROPOSTA PELA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. O PARÁGRAFO 2. DO ARTIGO 2. DA LEI FEDERAL N. 7.721, DE 6 DE JANEIRO DE 1989, QUANDO LIMITA OS VENCIMENTOS DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - "COMPUTADOS OS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO" - A REMUNERAÇÃO MÁXIMA VIGENTE NO PODER EXECUTIVO, VULNERA O ART. 39, PAR. 1., "IN FINE", DA CONSTITUIÇÃO, QUE SUJEITA A TAL LIMITE APENAS OS "VENCIMENTOS", EXCLUÍDAS AS VANTAGENS "PESSOAIS". COMPATIBILIDADE DO CONCEITO DE "VENCIMENTOS" ESTABELECIDOS NA LEI COMPLEMENTAR N. 35/79 E EM OUTROS ARTIGOS DA LEI MAIOR COM A EXEGESE DO ALUDIDO DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. **PROCEDENCIA PARCIAL DA AÇÃO PARA DECLARAR INCONSTITUCIONAIS AS EXPRESSÕES " ... E VANTAGENS PESSOAIS (ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO)..."**, CONSTATANTE DO PAR. 2., ART. 2. DA LEI 7.721/89." (grifei)

Desde então, o entendimento do Supremo Tribunal tem-se mantido no sentido de que as vantagens de caráter individual não se incluem no teto estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição em sua redação original.

Como será visto mais adiante, esse entendimento permaneceu mesmo após a alteração promovida na redação do inciso XI do art. 37 da CF pela Emenda Constitucional nº. 19/1998.

Portanto, ao interpretar o inciso XI do art. 37 da Constituição, na sua redação original, o Supremo Tribunal Federal firmou posição no sentido de que *as vantagens de caráter pessoal não se sujeitam ao limite máximo de remuneração*, podendo, pois, ultrapassá-lo.

A Emenda Constitucional nº. 19/1998 trouxe relevantes modificações nesse sistema. A EC nº. 19/1998 unificou todos os tetos, estabelecendo como limite único o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Esse subsídio deveria ser fixado por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e

¹ ADCT, art. 17: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título".

079/ 231 wj

do Supremo Tribunal Federal, conforme previsto no inciso XV do art. 48-da Constituição (redação dada pela EC nº.19/2009)². Essa lei nunca chegou a ser editada.

Eis o teor do inciso IX do art. 37 da Constituição na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/1998:

"Art. 37....

...

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal".

O art. 29 da Emenda Constitucional nº. 19/1998 determinava a adequação dos valores percebidos ao teto único fixado, não se permitindo a percepção de excesso a qualquer título³.

O inciso XI do art. 37 da Constituição foi novamente modificado pela Emenda Constitucional nº. 41/2003. Essa emenda estabeleceu um teto único, que é o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, e outros limites nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Ela também eliminou a necessidade de iniciativa conjunta para estabelecer o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, passando o projeto de lei a ser de iniciativa do próprio STF.

Eis o teor do inciso XI do art. 37 da Constituição na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003:

"XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos".

² "Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I".

³ EC nº. 19/98, Art. 29. Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras espécies remuneratórias adequar-se-ão, a partir da promulgação desta Emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título.

080

O art. 8º da Emenda nº. 41/2003 estabeleceu o teto provisório do serviço público, definido pelo Supremo Tribunal Federal em R\$ 19.115,19 (STF, Pleno, Sessão Administrativa de 5/2/2005), equivalente ao valor da maior remuneração dos Ministros daquela Corte.

Os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que corresponde ao teto do serviço público, e do Procurador-Geral da República foram fixados, respectivamente, pelas Leis nº. 11.143/2005 e 11.144/2005. Com a publicação das referidas Leis, estabeleceram-se os subsídios dos Membros da Magistratura e do Ministério Público da União em parcela única, conforme determina o art. 39, § 4º, da Constituição.

Feito esse breve intróito, passo ao exame do inciso XI do art. 37 da CF na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/1998.

b) É possível estabelecer tetos estaduais inferiores aos fixados no inciso XI do art. 37 da CF.

É possível estabelecer subteto estadual por lei específica em valor inferior ao teto estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição.

O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento de que o Estado pode instituir subteto remuneratório inferior ao estabelecido no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

Vejamos os arestos do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA: 1. Servidor público do Estado de São Paulo: teto de vencimentos: **fixação em montante inferior ao previsto no art. 37, XI, da Constituição, em sua redação originária: possibilidade, conforme entendimento firmado pelo plenário do Supremo Tribunal no julgamento do RE 228.080** (Pertence, DJ 21.08.98) (RE 419862 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 30/06/2004, DJ 10-09-2004 PP-00056 EMENT VOL-02163-05 PP-00930).

E mais:

EMENTA: Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada. 3. Servidor Público do Estado de São Paulo. Lei nº 6.995, de 27.12.1990. **Vencimentos. Teto inferior ao previsto no artigo 37, XI (redação originária), da Constituição Federal. Possibilidade. Precedentes.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 526680 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 18/09/2007, DJe-121 DIVULG 10-10-2007 PUBLIC 11-10-2007 DJ 11-10-2007 PP-00051 EMENT VOL-02293-04 PP-00697).

Idem:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. **TETO LOCAL REMUNERATÓRIO INFERIOR AO PREVISTO NO ART. 37, INC. XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA (COM A REDAÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 19/98).** LEI N. 6.995/1990, DO ESTADO DE SÃO PAULO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 560755 AgR, Relator(a): Min. CÂRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 26/05/2009, DJe-121 DIVULG 30-06-2009 PUBLIC 01-07-2009 EMENT VOL-02367-07 PP-01331)

Por fim:

232
dy

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS. TETO DE VENCIMENTOS. VANTAGENS PESSOAIS. PRECEDENTES. 1. A decisão recorrida está em consonância com a jurisprudência desta Corte, que entende que as vantagens decorrentes de prêmio de produtividade não possuem natureza pessoal. 2. **O Estado pode fixar teto remuneratório próprio, inclusive inferior ao previsto no art. 37, XI da Carta Magna, pois, inexistente direito adquirido a regime jurídico.** Precedentes. 3. Orientação assentada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 228.080/SC, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 21.08.98. 4. Agravo regimental improvido. (RE 524494 AgR, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 24/03/2009, DJe-075 DIVULG 23-04-2009 PUBLIC 24-04-2009 EMENT VOL-02357-06 PP-01223 LEXSTF v. 31, n. 364, 2009, p. 202-205)

Portanto, o teto estabelecido pela Lei Complementar nº. 23/1999 é válida, contudo, deve ser excluído do redutor as vantagens pessoais incorporadas ao patrimônio do servidor, conforme será visto adiante.

O Supremo Tribunal Federal tem precedentes sobre o teto remuneratório estabelecido na Lei Complementar Estadual nº. 23/1999, a saber:

DECISÃO: Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário (art. 102, III, a, da Constituição) interposto de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, assim ementado: "DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - DECRÉSCIMO NOS PROVENTOS DA IMPETRANTE POR FORÇA DA **LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 23/99**. PRELIMINAR DE IMPRESTABILIDADE DO MANDAMUS. Os fatos comprovados com a inicial e as informações apresentadas pela autoridade impetrada levam à certeza quanto à adequação da ação mandamental. Unanimemente, rejeitou-se a preliminar de impropriedade da ação. Não existindo ainda a fixação do teto salarial dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, através da edição de lei pelo Congresso Nacional, de iniciativa conjunta do Presidente da República, do Presidente da Câmara dos Deputados, do Presidente do Senado Federal e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, não há como possa subsistir a idéia de sub-teto sem que tenha sido antes fixado o teto. A redução nos proventos da impetrante em virtude da edição de diploma legislativo estadual sob a denominação de "excedente de remuneração", é o bastante para consolidar os argumentos e fundamentos jurídicos de violação ao direito adquirido apontado pela autora, decorrendo disso a ofensa ao seu direito líquido e certo. Segurança concedida. Decisão Unânime." [...] Como se sabe, esta Corte, em sessão administrativa de 24.06.1998, entendeu que as normas da Emenda Constitucional 19/1998 referentes a teto remuneratório não possuíam auto-aplicabilidade. Assim, a regulamentação anterior à emenda seria válida até que lei fixando o subsídio dos ministros desta Corte fosse editada, conforme estabelece o art. 48, XV, da Constituição federal. Ademais, enfatize-se que, **por ocasião do julgamento do RE 228.080, o Plenário decidiu ser possível o estabelecimento de subtetos por meio de legislação estadual.** [...] Contudo, **o Supremo Tribunal Federal também reconheceu a exclusão, mesmo após o advento da EC 19/1998, das parcelas de cunho pessoal para efeito de fixação de teto remuneratório dos servidores públicos.** [...] Do exposto, dou provimento ao agravo e o converto em recurso extraordinário, para, nos termos do art. 557, § 1º-A, do referido diploma legal, dar-lhe provimento para com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, dar parcial provimento ao recurso para permitir a incidência do teto estabelecido nas Leis estaduais, mantendo-se a exclusão das vantagens pessoais. Os ônus da sucumbência serão proporcionalmente distribuídos. Publique-se. Brasília, 15 de outubro de 2009. Ministro JOAQUIM BARBOSA Relator (AI 441788, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 15/10/2009, publicado em DJe-202 DIVULG 26/10/2009 PUBLIC 27/10/2009).

E mais:

Cuida-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça de Pernambuco** que considerou ilegítimo o subteto de

082/

vencimentos estabelecido pela **Lei Complementar estadual 23/99**, em face do art. 37, XI, da Constituição (redação conferida pela EC 19/98), dispositivo este invocado nas razões do apelo extremo. 2. A irresignação merece acolhimento, pois o aresto impugnado destoa de entendimento firmado por esta Suprema Corte no sentido de que o art. 37, XI, da Carta Magna, com a redação dada pela EC 19/98, não é auto-aplicável, por depender da promulgação da lei de fixação do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal (ADI 1.898-MC, rel. Min. Octavio Gallotti, Plenário, por maioria, DJ de 30.04.2004). 3. **Assim, permanecem válidas as leis estaduais e municipais que instituem subteto de vencimentos dos servidores locais (RE 228.080, rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ de 21.08.1998), bem como subsiste a proibição de se incluírem as vantagens pessoais no cômputo do limite remuneratório (ADI 14, rel. Min. Célio Borja, Plenário, RTJ 130/475).** 4. Importante ressaltar que a controvérsia em apreço é anterior ao advento da EC 41/2003, que promoveu nova alteração no art. 37, XI, da Constituição da República, de modo a inserir qualquer espécie remuneratória na delimitação nele prevista. 5. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do CPC, dou provimento ao recurso, para denegar a segurança. Custas ex lege. Publique-se. Brasília, 16 de novembro de 2005. Ministra Ellen Gracie Relatora (RE 470550, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Presidente Min. NELSON JOBIM, Decisão Proferida pelo(a) Ministro(a) GRACIE, julgado em 16/11/2005, publicado em DJ 30/11/2005 PP-00061).

No mesmo sentido dos precedentes mencionados, confirmam-se os seguintes julgados: (AI 439324, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 14/09/2009, publicado em DJe-187 DIVULG 02/10/2009 PUBLIC 05/10/2009); (AI 521821, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 14/09/2007, publicado em DJe-119 DIVULG 08-10-2007 PUBLIC 09-10-2007 DJ 09/10/2007 PP-00031) e (RE 396998, Relator(a): Min. EROS GRAU, julgado em 24/02/2005, publicado em DJ 27/04/2005 PP-00041).

Portanto, o Estado pode, em respeito ao princípio da autonomia, estabelecer um limite máximo de remuneração inferior ao teto fixado no inciso XI do art. 37 da CF por meio de lei estadual, devendo, entretanto, ser excluídas as vantagens de natureza pessoal.

c) As vantagens pessoais e os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

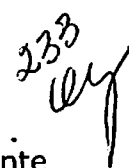
Pelo princípio da autonomia, o Estado pode fixar um subteto inferior àquele previsto no inciso XI do art. 37 da CF, todavia não pode aplicá-lo sobre as vantagens pessoais em respeito aos princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

A Emenda Constitucional nº. 19/1998 vige para o futuro, não podendo retroagir para prejudicar o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

A função específica da garantia do direito adquirido é assegurar, no tempo, a manutenção dos efeitos jurídicos de normas modificadas ou suprimidas.

O instituto do direito adquirido não tem por escopo obstar a evolução legislativa, a modificação ou a revogação das leis preexistentes. Ele apenas assegura os efeitos individuais e concretos da lei alterada ou suprimida mais benéfica.

Assim, a modificação no regime jurídico dos servidores públicos não impede a aquisição de vantagens pessoais sob a égide da lei alterada ou suprimida. *f*

233/ 

As vantagens pessoais de regimes jurídicos revogados foram legitimamente incorporadas ao patrimônio jurídico dos servidores públicos não sendo possível sua supressão sob pena de violação ao direito adquirido.

Alexandre de Moraes esclarece o ponto:

"... A posição pacificada na jurisprudência da Corte Suprema sobre a inexistência de direito adquirido em relação à imutabilidade do regime jurídico do servidor público, sendo as leis que o alterem aplicáveis desde o início de sua vigência, não afasta a proteção constitucional dos direitos adquiridos relacionados a eventuais vantagens pessoais que já tenham acrescido ao patrimônio do servidor público, pois são coisas diversas.

Como bem ressaltado por Hugo Nigro Mazzilli, os precedentes do STF sobre inexistência de direito adquirido e emenda constitucionais, diziam respeito a pretensa existência de direito adquirido contra a imutabilidade de regime jurídico do servidor, concluindo o referido autor que 'ora, não se admitindo direito adquirido à imutabilidade de regime jurídico, obviamente tanto o poder constituinte originário como o derivado podem o alterar livremente, respeitados, neste último caso, apenas os efeitos válidos já consumados sob a ordem jurídica anterior'. Assim, por exemplo, um servidor público que tenha ingressado na carreira sob a vigência de determinado regime jurídico que lhe garantisse a percepção de quinquênios, ou seja, acréscimo à sua remuneração de determinada verba, como adicional por tempo de serviço, a cada 5 anos, após 10 anos de efetivo serviço terá adquirido pelo transcurso do tempo de serviço (*ex facto temporis*) direito a integralização ao seu patrimônio desses dois quinquênios. Se, futuramente, houver alteração no regime jurídico regente da carreira desse servidor público, ele não mais fará jus à aquisição de novos quinquênios a cada 5 anos de efetivo serviço, em face do posicionamento da Corte Suprema pela inexistência de direito adquirido à regime jurídico; porém, em relação aos valores equivalentes aos dois quinquênios incorporados aos seus vencimentos, já se constituiu direito adquirido uma vez que já se haviam completado os requisitos legais e de fato para a integralização patrimonial. Como observa Carlos Maximiliano, 'se chama adquirido o direito que se constitui regular e definitivamente e a cujo respeito se completam os requisitos legais e de fato para integrar no patrimônio do respectivo titular, quer tenha sido feito valer, quer não, antes de advir norma posterior em contrário'.

Portanto, em relação à situação ora tratada, afirma Hugo Mazili que 'havendo direito adquirido, o poder de emenda à CF e a ordem infraconstitucional devem-lhe respeito'.

Dessa forma, nenhum servidor público poderá, à partir da regulamentação da EC nº 19/98, adquirir qualquer vantagem pessoal ou de qualquer outra natureza, nos termos da nova redação do inciso XI, do art. 37, que exceda ao teto salarial do funcionalismo público, correspondente ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. **Diferentemente, será o tratamento jurídico-constitucional dos servidores públicos que já tem incorporadas ao seu patrimônio vantagens pessoais juridicamente reconhecidas. Em relação à esses, não haverá possibilidade de retroatividade do presente art. 29, continuando os mesmos a perceberem integralmente seus vencimentos, em face da existência do direito adquirido e a impossibilidade de reconhecer-se uma retroatividade que desconstitua uma situação jurídica perfeita e acabada, consolidada na vigência da norma constitucional originária anterior, acarretando irregular irredutibilidade de vencimentos, devidamente incorporados ao patrimônio**⁴.

O direito adquirido e a irredutibilidade de vencimentos têm por escopo proteger o *quantum* remuneratório, ou seja, as vantagens pecuniárias incorporadas ao patrimônio do servidor. ✓

⁴ MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 13ª ed., São Paulo: Atlas, 2003, p. 366/367.

024

Porém, a composição remuneratória poderá ser alterada, criando-se novos critérios ou suprimindo-se outros, desde que não atinja os direitos incorporados ao patrimônio individual. Daí se afirmar não haver direito adquirido a regime jurídico.

Nesse sentido se firmou a jurisprudência do Supremo, *in verbis*:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO POR TRABALHO COM RAIOS-X. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE 40% PARA 10%. LEI Nº 7.923/89. DIREITO ADQUIRIDO. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. Não tendo o servidor público direito adquirido à permanência de determinado regime jurídico atinente à composição de seus vencimentos ou proventos, revela-se legítima a redução, por ato legislativo, da gratificação por ele percebida, desde que não haja decurso no total de sua remuneração. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 293578, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, julgado em 24/09/2002, DJ 29-11-2002 PP-00022 EMENT VOL-02093-04 PP-00679).

O Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que no período anterior à Emenda Constitucional nº. 41/2003 as vantagens pessoais estão excluídas do teto remuneratório.

Esse entendimento é revelado nos seguintes arestos do Supremo:

EMENTA: TETO REMUNERATÓRIO. EXCLUSÃO DAS VANTAGENS PESSOAIS. PERÍODO ANTERIOR À NORMA DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/03. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. A jurisprudência do Supremo Tribunal é no sentido de que, no período anterior à Emenda Constitucional n. 41/03, as vantagens pessoais estavam excluídas do teto remuneratório. (RE 483097 AgR, Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 17/10/2006, DJ 15-12-2006 PP-00089 EMENT VOL-02260-07 PP-01441)

E mais:

EMENTAS: 1. Servidor Público. Vencimentos. Teto. Vantagens pessoais percebidas pelo servidor público inativo. Exclusão. Art. 37, XI, da Constituição Federal, anterior à EC nº 19/98. Ainda após o advento da EC nº 19/98, continua vigente o sistema anterior excluindo-se do limite do teto as vantagens de caráter pessoal, por não editada a lei a que se refere o art. 48, XV, da Constituição. 2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Ofensa indireta à Constituição. Agravo regimental não provido. Não cabe recurso extraordinário que tenha por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, de inobservância de normas infraconstitucionais, seria apenas indireta à Constituição da República. 3. RECURSO. Agravo. Regimental. Jurisprudência assentada sobre a matéria. Caráter meramente abusivo. Litigância de má-fé. Imposição de multa. Aplicação do art. 557, § 2º, cc. arts. 14, II e III, e 17, VII, do CPC. Quando abusiva a interposição de agravo, manifestamente inadmissível ou infundado, deve o Tribunal condenar o agravante a pagar multa ao agravado. (RE 362211 AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 16/12/2004, DJ 04-03-2005 PP-00021 EMENT VOL-02182-04 PP-00751).

Ainda:

EMENTAS: 1. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público. Vencimentos. Teto remuneratório. Vantagens de caráter pessoal. Exclusão para fins de incidência do redutor constitucional. Agravo regimental não provido. Precedentes. Do teto remuneratório estabelecido pela Constituição Federal de 1988, excluem-se as vantagens de caráter pessoal, mas se incluem as percebidas em razão do exercício do cargo. 2. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Emenda Constitucional nº 19/98.

085 234
Não arguição. Agravo regimental não provido. Não tendo sido objeto do recurso extraordinário a questão relativa à EC 19/98, não pode ser conhecida agora, em sede de agravo. 3. RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Decreto estadual 25.168/99. Interpretação de direito local. Ofensa à Constituição. Inexistência. Agravo regimental não provido. Aplicação da súmula nº 280. Não cabe RE que teria por objeto alegação de ofensa que, irradiando-se de má interpretação, aplicação, ou, até, inobservância de direito local, seria apenas indireta à Constituição da República. (AI 239251 AgR, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Primeira Turma, julgado em 02/03/2004, DJ 25-06-2004 PP-00007 EMENT VOL-02157-03 PP-00512).

Idem:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VANTAGENS PESSOAIS. EXCLUSÃO DO TETO REMUNERATÓRIO. INCISO XI DO ARTIGO 37 DA LEI MAIOR (REDAÇÃO ANTERIOR À EC Nº 41/03). **Consoante a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, se a controvérsia diz respeito a período anterior à EC nº 41/03 (ainda que posterior à EC nº 19/98), as vantagens pessoais devem ser excluídas do teto remuneratório previsto no inciso XI do art. 37 da Magna Carta.** Precedentes exemplificativos: ADIs 2.087-MC e 2.116-MC, AO 524 e RES 209.036 e 387.241-AgR e AI 452.574-AgR. Agravo Regimental desprovido. (RE 400404 AgR, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 23/05/2006, DJ 25-08-2006 PP-00023 EMENT VOL-02244-04 PP-00841).

No mesmo sentido os seguintes arestos: (RE 422589, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, julgado em 28/02/2005, publicado em DJ 21/03/2005 PP-00102); (RE 301291, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 19/10/2009, publicado em DJe-204 DIVULG 28/10/2009 PUBLIC 29/10/2009) E (ADI 2075 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 07/02/2001, DJ 27-06-2003 PP-00028 EMENT VOL-02116-02 PP-00251).

Este 1º Grupo de Câmaras decidiu pela concessão da segurança em casos análogos a este nos Mandados de Segurança nº. 67118-3 e 57250-3.

A Lei Complementar nº. 23/1999, ao incluir no subteto de 7.000,00 (sete mil reais) as vantagens de caráter pessoal afrontou os princípios do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimentos.

Portanto, os proventos dos servidores não poderão sofrer decréscimo quando superiores ao teto fixado na Lei Complementar nº. 23/1999, devendo ser excluído desse teto as vantagens de natureza pessoal.

Com esses fundamentos, voto pela concessão da segurança para determinar à autoridade coatora que deixe de aplicar o redutor estabelecido na Lei Complementar nº. 23/1999 sobre as vantagens pessoais dos impetrantes.

É como voto.

Recife, 13/01/10

Eduardo Sertório
Eduardo Sertório
Desembargador Relator